



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

**ATA DA REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — SUAS —
REALIZADA NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara, primeiro-vice-presidente da Alems, deu-se a abertura da primeira reunião da Frente Parlamentar de Valorização dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador) — Boa tarde. Sejam todos muito bem-vindos à primeira reunião da Frente Parlamentar de Valorização dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e também das políticas públicas da assistência social. É muito importante reunirmo-nos para debater temas fundamentais para o equilíbrio da sociedade, como o é o caso do Sistema Único de Assistência Social, o carro-chefe das políticas sociais do nosso país; é muito importante que esta frente parlamentar traga aqui para a Assembleia Legislativa ações que possam ser desenvolvidas, demandas que precisam ser atendidas, que ela construa modelos políticos e públicos capazes de contribuir de uma forma eficaz na questão. A questão da assistência social, como se sabe, é muito segmentada, seja em âmbito municipal ou estadual, de modo que a Assembleia Legislativa acaba ficando muitas vezes alheia a esses desafios. Nós, porém, com esta frente parlamentar, trazemos aqui a OAB e várias outras instituições, tentamos fazer a nossa parte, buscamos dar a nossa contribuição para que haja uma melhora efetiva no atendimento da população, para que haja um fortalecimento dos vínculos dos trabalhadores da saúde com a população, para que haja enfim o aprimoramento da qualidade desse trabalho e para que esse serviço seja valorizado. Por isso está conosco hoje a doutora Taciana Arantes, secretária-executiva da Secretaria de Estado de Assistência Social, que vai nos contar um pouco de tudo aquilo que está sendo discutido no Executivo estadual. Naturalmente que a intervenção da doutora vai gerar debate, pontos serão levantados, discutidos, e a partir dessa interação nós estaremos mais aptos a construir nossos encaminhamentos. Teremos também aqui o aporte da doutora Mariana Leal, que tem um doutorado sobre o trabalho no Suas, que vai nos trazer o seu ponto de vista, as suas observações, o que também, óbvio, enriquece o debate e os nossos encaminhamentos. Teremos também o nosso amigo (quem não o conhece?) Sérgio Wanderly, presidente do Conselho de Assistência Social de Mato Grosso do Sul, contando-nos um pouco da sua luta constante por um sistema de assistência social mais justo, vem aqui com essa bandeira que ele empunha desde sempre, pelo menos desde a época em que o conheci, ainda como prefeito lá em Ivinhema, quando criamos um dos primeiros Cras [Centro de Referência de Assistência Social] do estado. Mas, gente, a frente parlamentar vai obedecer à seguinte dinâmica: primeiro falam a doutora Taciana, a doutora Mariana e o



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

secretário; em seguida esses temas são debatidos, um cenário é construído e nós deputados da frente parlamentar procuramos identificar onde é que podemos intervir para poder ajudar, que parafusos apertar (projetos de lei, encaminhamentos ao Governo, reuniões com as secretarias de Estado, fortalecimento de vínculos com os municípios, seminários, etc.). Para tanto, nós precisamos de um ambiente onde possamos externar as nossas angústias, os nossos pontos de vista, e um ambiente com essas características, quem pode nos oferecer é a Assembleia Legislativa. Aqui é a casa do povo, é a voz do povo, como deputados, nós temos legitimidade e dispomos dos instrumentos legais para tentar fazer com que essas demandas repercutam de forma oficial... É fácil fazer uma crítica na rede social, fazer barulho, mas joga-se sempre a responsabilidade para quem de direito... E, sim, nós parlamentares temos essa missão, nós fomos escolhidos para fazer essa defesa, e procuramos fazer isso sempre de forma equilibrada, de uma forma que nos permita atingir os resultados esperados, como aliás temos conseguido noutras frentes parlamentares — como o fundo estadual do idoso, como o projeto de melhoramento genético da bacia leiteira e tantos outros. Isto é assim, entre outras razões, porque aqui nós discutimos com os municípios, discutimos com os órgãos do Governo, procuramos apontar uma saída para o Governo, que não vai ter trabalho nenhum. Ao Governo, depois de convencido de que tal medida é boa, só resta dar o sinal verde, pôr em marcha e liderar o processo... Então é esse o nosso papel, é fazer essa articulação política com os municípios, com órgãos do Estado e com as demais entidades envolvidas na questão, é desbravar caminhos e avançar. Há pouco, Taciana, eu dizia numa entrevista que, quando prefeito, eu tinha o FIS [Fundo de Investimento Social]; a gente reclamava do FIS, porque era pequeno, mas a gente fazia um barulho danado com aquele pouco. Era um ambiente tão criativo: era uma entidade tentando provar que precisava mais do que a outra, que o seu atendimento era mais essencial, era o prefeito tendo de suportar toda essa pressão. Mas era uma pressão saudável e a gente ia avançando... Então, gente, nós temos de buscar aqui na frente parlamentar um outro caminho — em alguns lugares, é verdade, o FIS acaba tirando a responsabilidade do Município de fazer o seu cofinanciamento —, temos de mobilizar a experiência de cada um aqui, traçar e trilhar um novo rumo nas políticas públicas. Então, como vinha dizendo, a Assembleia Legislativa é o órgão, a entidade, é o poder (autônomo) talhado para conduzir esse debate. Vocês debatem muito, eu sei disso, vocês discutem muito, em todas as esferas; agora é a primeira vez que teremos a oportunidade de debater dentro da instituição responsável, oficialmente, legalmente, por esse debate, de forma que temos aí uma grande oportunidade. E que bom que vocês estão aqui, mesmo debaixo de um toró, é com essa terra lavada que nós vamos plantar hoje as primeiras ideias e as primeiras sementes que farão brotar o Suas que a gente quer. Muito obrigado pela presença de todos... Lembrando que estamos sendo transmitidos ao vivo pela TV Assembleia, canal aberto, na anteninha, cuja audiência aumenta a cada dia. Então você que está nos ouvindo aí na sua casa, ouvindo esse barulho de chuva, continue conosco, porque o debate vai ser muito legal. E estamos também no canal fechado, para Dourados e Três Lagoas, além naturalmente das nossas redes sociais oficiais. Fiquem até o fim para que possam entender um pouco melhor desse assunto, são especialistas que vão falar, que vocês não veem noutra lugar, e são



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

dados oficiais, reunidos exclusivamente para este encontro... Bem, dando continuidade às nossas atividades, eu sugiro, já que todo mundo terá a oportunidade de falar, que passemos ao largo da saudação e vamos direto para o tema; e depois do tema, eu abro a palavra para os demais para aprofundarmos a questão; lembrando que vamos ficar aqui até às cinco horas, se algo ficar de fora, depois nós discutimos isso em outras reuniões. Muito obrigado às equipes da Assembleia, taquigrafia e demais servidores que nos auxiliam, e passo já a palavra para a doutora Taciana Silvestre, secretária-executiva do Estado.

SENHORA TACIANA AFONSO SILVESTRINI ARANTES (secretária-executiva de Assistência Social) — Boa tarde aos presentes e aos que nos acompanham ao vivo. Vou trazer só alguns pontos acerca da situação dos trabalhadores do Suas, aqui no estado, para a nossa reflexão. Agradeço-lhe imensamente, deputado Renato Câmara, por dar-nos essa oportunidade... Não é só com os pés molhados que sairemos daqui, espero que saíamos também com a alma lavada, né, Sérgio? nós que estamos há tanto tempo lutando pelos trabalhadores do Suas. Desde quando tomamos posse, em 2002, uns em 2003, outros depois, nós estamos lutando pela nossa carreira dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social — na época nem Suas havia, havia apenas os trabalhadores da assistência social. O próprio concurso público já foi uma luta, mas foi uma conquista para nós; nós entramos na época do Promosul, éramos professores cedidos para a Fundação de Promoção Social do Mato Grosso do Sul (alguns colegas aqui são dessa época), éramos professores convocados. O fato, gente, é que o assistente social vem sendo prejudicado faz tempo, e vem sendo prejudicado pela própria política de assistência social. E por que isso? Quem tinha formação na área de Pedagogia, em nível superior de licenciatura, ganhava mais do que o bacharel, que é o nosso caso no Serviço Social: o menor salário lá era o nosso. Aí depois os professores brigaram, e com razão, para que a regência ficasse somente com quem estava em sala de aula. Perdemos a regência. Aí lutamos pelo concurso público, conquistamos o concurso público, tomamos posse. E foi uma festa, porque tínhamos sido efetivados (nós ganhávamos mil reais, gente, o que então correspondia a cinco salários mínimos). Mas daí veio a nossa grande tristeza, quando vimos, na hora de tomar posse, que o salário base era de quatrocentos reais e o adicional, seiscentos. Todos os reajustes que o Governo viria a dar nos três anos seguintes não vieram, o que tivemos foi incorporação salarial. Foi isso que aconteceu praticamente com o FIS, secretário... Mas abro um parêntesis aqui, o Estado não deixou de passar o FIS, o FIS continuou sendo repassado para os municípios, só que enquanto ICMS, isto porque, em razão da Reforma Tributária, o cálculo dos repasses subsequentes (isso por um longo prazo, não sei precisar o quanto, mas muitos anos) passaram a se basear na movimentação do ICMS, o Governo teve de fazer isso com o FIS e com o Fundersul. Então, como foi preciso voltar a disputar o bolo do ICMS, aconteceu que a Assistência Social se viu brigada a ir para a disputa com os demais secretários. A Saúde, que tinha o Fiis-Saúde [Fundo de Investimento em Infraestrutura Social - Saúde], ninguém questionou, porque eles mordem da fonte. A Educação, que também tem um percentual garantido pela Constituição, a Assistência Social, a Habitação, a Infraestrutura, essas pastas entram na disputa



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

orçamentária com os demais órgãos. Na época em que foi aprovado o FIS, em 2001, (está a Raquel aqui que muito nos ajudou) nós batemos de porta em porta, prefeito por prefeito. Olha, vem um recursozinho novo aí, prefeito, é uma merrequinha, mas deixe na Assistência Social, que a Saúde tem dinheiro, a Educação tem dinheiro e a Assistência Social não tem. Aí os prefeitos abraçaram a causa e destinaram o recurso para a Assistência Social. Agora, quando ele foi incorporado ao ICMS, ele estava num total/ano de R\$ 33 milhões, ou seja, pela primeira vez na História o cofinanciamento do Estado estava equivalente a isso, em torno de 32%, 33% também [sic]. Então, ao mesmo tempo que nós comemoramos que o governador deu 50% de reajuste de ICMS, quando o FIS passou a ser incorporado ao fundo, ele reajustou 50% do cofinanciamento do fundo estadual para os fundos municipais, que foi uma grande vitória para a política da assistência social no estado, aconteceu esse remanejamento do FIS para ICMS, por conta da Reforma Tributária, por conta da reforma fiscal [sic]. Para não prejudicar os municípios, tomou-se essa atitude; só que daí a Assistência Social entra em disputa com todo mundo, e nem sempre temos êxito. Outra coisa, a arrecadação do ICMS varia, num mês é maior, noutro menor, ela oscila, e o FIS, nós já estávamos com ele carimbado, fixozinho todo mês, o secretário já tinha aquele valor assegurado. E fecho esse parênteses do FIS. Voltando aos trabalhadores do Suas. Desde que aconteceu a nossa posse, nós viemos lutando pelo nosso reajuste, pela nossa incorporação salarial. Uma vez tomada a posse, se ficasse lotado nos Direitos Humanos, na Fundação do Trabalho ou no Procon, você tinha um adicional, e a gente não tinha. Assim, a assistente social que passasse num concurso e ficasse dentro de um órgão gestor, lotada na Superintendência da Política de Assistência Social, ganhava o menor salário do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, e falo isso como profissional de carreira que sou; à época eu passei em primeiro lugar no concurso da lagro... nada contra, mas pelo amor de Deus, era área-fim, para ser apoio ao servidor; o nosso salário era então de R\$ 1.800,00... Foi feita uma fiscalização, um monitoramento pelo Governo Federal aqui e nós fomos avaliados como a melhor gestão estadual do Brasil. Qual foi o parecer do ministério sobre a nossa secretaria? Vocês só pecam num ponto: recursos humanos, vocês têm os piores salários do país. E nós tínhamos os melhores resultados do país, desde o cofinanciamento, desde o monitoramento, capacitação; nós fomos o estado que implantou a primeira escola do Sistema Único de Assistência Social, que até hoje o Governo do Estado vem bancando com recursos próprios, do Tesouro, porque vieram três parcelas a título de cofinanciamento, do CapacitaSUAS, e só: estamos trabalhando com recurso remanescente. E aqui abro outro parênteses para falar da política da assistência social no cenário nacional. Semana passada, tivemos a reunião internacional da Comissão Intergestores Tripartite, com representantes dos municípios, dos estados e do Governo Federal, quando foi apresentado o orçamento para 2026. Nós temos 80% do cofinanciamento pactuado, o que significa, por exemplo, que hoje um Cras de município de pequeno porte recebe, pactuado, R\$ 4.500,00/mês: isso não paga um único profissional, com a tributação. E no entanto você tem de ter um assistente social, tem de ter psicólogo, ter uma equipe de referência, os trabalhadores do Suas, tem de ter um quantitativo capaz de dar suporte, para atender as famílias, para manter cadastro único atualizado, para fazer visita, para ter um Paif [Serviço



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

de Proteção e Atendimento Integral à Família] ativo no seu município. E aí como que esses municípios vão manter um Cras funcionando como deve ser? E aí eu vou lá para a alta complexidade. Residência inclusiva. Nós temos dez no estado, é um serviço que custa mais de cem mil reais por mês, deputado. Do Governo Federal, o valor pactuado é de dez mil reais por mês, ou seja, no orçamento ele tem oito para me passar, por mês. Aí vem mês que tem o financiamento mas não tem financeiro, e assim sucessivamente. Assim, como que vamos ter trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social em quantidade suficiente, com uma equipe de referência de cada órgão desses, de cada serviço de proteção social básica, de cada serviço de média e alta complexidade, com os valores que temos? Em contrapartida, temos um aumento expressivo de emendas parlamentares, mas isso não mantém porta aberta, isso não mantém um cofinanciamento sistemático permanente de cada serviço, isso não passa de uma, por assim dizer, cereja do bolo, isso não paga o dia a dia. Muitas vezes a emenda tem de ser devolvida, eu vou ter de devolver duas emendas desse início de ano, e por quê? Porque a coisa vem amarrada, e as vezes, da forma como está, eu não consigo passar o recurso para a entidade. Quer dizer, é complicado, a gente precisa rever isso com urgência, o Suas está entrando em colapso, não sei até quando aguenta... E aí é preciso dizer que esta é uma realidade que não é só do Estado, nós tivemos um concurso agora em 2022, não passou nenhum assistente social; nós estamos com um quadro extremamente defasado, estamos com diversos profissionais afastados por problema de saúde, outros que se aposentaram ou estão na iminência de fazê-lo. Hoje em nosso quadro, só de gestor de ações sociais, de nível superior, da minha carreira, existem 304 vagas, pela lei: eu tenho 20%, tenho só vinte servidores ativos (nem entro no mérito desses que estão de atestado). Quer dizer, estamos tendo de nos desdobrar, não é trabalhando por um, por dois, nós estamos trabalhando é por dez! Nós temos de dar conta do trabalho do Estado e dar suporte para os setenta e nove municípios; e vejam que hoje estamos trabalhando em condições um pouquinho melhores, deputado, isso porque ainda conseguimos alguns avanços na questão salarial, ainda que um pouco longe do ideal... Quando assumimos, pelo concurso, eram cinco salários mínimos: estamos ganhando hoje três e meio, em início de carreira, chegamos a descer já a 1,8 — a coisa se deteriorou tanto que nós chegamos a dizer ao governador que nós íamos para a porta do Cras fazer cadastro único, porque tínhamos e temos ainda servidores que estão numa condição ainda pior do que as pessoas que a gente assiste nos nossos programas sociais ou em nossa rede de atendimento socioassistencial. E isso é inadmissível! Porque não se vê isso em outras carreiras. Mas na Assistência Social, sim. Aí a pergunta que eu faço: será que não é também uma questão de gênero, porque a maioria de nós somos mulheres? Fica a pergunta. Então, gente, nós precisamos modernizar nossos planos de cargos e carreiras, nós viemos discutindo isso, a doutora Patrícia, nossa secretária, vem abraçando a causa, ou seja, a gente vem brigando por isso. Primeira coisa, precisa concurso público, mas eu diria que antes do concurso público nós precisamos mexer na nossa carreira, precisamos assegurar a nossa função, que foi retirada, de assistente social, de pedagogo, de psicólogo (muito frequentemente nós temos de fazer pareceres para o Ministério Público, para a Defensoria, para o Tribunal de Justiça). Se nós não temos a nossa função assegurada, se



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

só o que temos é uma carreira genérica, qualquer um exercer o ofício; como está, eu não preciso pagar Cress [Conselho Regional de Serviço Social], eu não preciso dar parecer social para que se conceda ou não um programa social... Eu não tenho isso assegurado hoje na minha carreira! Este ano eu fiz 26 anos de serviço público, e o que mais me doeu nesses vinte e seis anos foi o dia em que eu descobri que tinham tirado a função da nossa carreira. Eu acho crucial, é um dever nosso, enquanto gestão estadual, retomar a carreira nossa. Concomitantemente à publicação do edital dos gestores de ações sociais, publicou-se também o da saúde, e no deles tinha a função de assistente social e no nosso não. Aí nós temos os assistentes sociais e os psicólogos brigando em nível nacional para terem piso salarial, e se isso for aprovado, nós ficamos de fora, porque o nosso ofício não é reconhecido. De que adianta o sistema único eleger esses profissionais como equipe de referência se nós não somos reconhecidos como tais? Então, gente, esse é o ponto principal, depois retomamos a questão salarial também, que estamos extremamente defasados, nós vemos outras carreiras em melhor situação, mesmo na iniciativa privada. Como se sabe, todo o plano de governo do governador Eduardo Riedel foi baseado na política ESG [*Environmental, Social and Governance*], mas parece que o *social* só aparece na época de campanha... Nós precisamos priorizar isso, demonstrar o nosso descontentamento, o nosso anseio de ver valorizada a nossa carreira, enquanto trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social — e não só do Estado, dos Municípios também. Se a questão do cofinanciamento está sendo um problema em nível nacional, é preciso ver que hoje o Estado está com R\$ 36 milhões para repasse aos Municípios... Só que isso é muito pouco, porque o Município também tem de entrar com uma contrapartida, alguns priorizam a assistência social, outros têm encontrado saídas estratégicas para burlar a política de assistência social. De que adianta termos um sistema único que foi muito bem regulamentado, que foi pactuado, que foi uma luta, de conferências, envolvendo conselhos municipais, conselhos estaduais, o próprio conselho nacional, o Fórum Nacional de Secretários, o colegiado de secretários dos Municípios, de que adianta termos levado essa robustez ao Suas, tudo aprovado com equipe de referência, com gestão do trabalho, com educação permanente, se a coisa continua como está? Vamos escapular por uma portinha paralela, a gente foge dos fundos, a gente foge dessa lógica do Suas, e voltamos a fazer o que fazíamos antes; com voluntariado, com fundos paralelos, sem seguir uma lógica de pactuação; eu estabeleço cofinanciamento, faço parceria com quem eu quiser, sem um valor de referência, sem a exigência de uma equipe técnica. Então, gente, essa é uma discussão que está em curso em nível nacional, e tem de ser assim, porque como está não dá... É preciso urgentemente instituir um sistema único de direitos humanos para organizar essas políticas públicas setoriais, de modo que possamos seguir o que está posto no Sistema Único de Assistência Social; de modo que possamos assegurar trabalhadores efetivos... Sem ir fundo na questão da precarização, nós estamos é voltando ao voluntariado, gente. Pelo amor de Deus!... Precisamos então de um cofinanciamento digno, de um salário digno. E, gente, há servidores aí no Município, e até no Estado, com um endividamento tão grande que dá para dizer que a situação deles é até mais precária do que o próprio usuário que a gente atende nos programas sociais. Então, deputado, nós



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

estamos gritando por socorro, esta frente vai fazer toda a diferença, nós precisamos recompor o nosso quadro de trabalhadores, com concurso público, reestruturar esses setores, para darmos um suporte melhor para o Município; e precisamos também encarar a questão do cofinanciamento federal. Outra questão é a do IGD Suas [Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social], índice com base no qual o Governo Federal passava um recurso para os Municípios, para reestruturar vigilância assistencial, gestão do trabalho, educação permanente. Nós estamos desde 2003 praticamente sem esse recurso, a coisa vem pingadinha, mas já faz quatro anos que isso não é repassado, e não há previsão no orçamento para 2026. Ou seja, a verba novamente não será repassada e esse recurso é o que assegurava o nosso monitoramento nos setenta e nove municípios. Bom, gente, a questão crucial é esta: não existe Sistema Único de Assistência Social sem o trabalhador do Suas; sem financiamento e sem trabalhador, o nosso sistema está com os dias contados. Era isso. Obrigada.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador) — Parabéns! Você tocou num ponto crucial, eu acompanho a sua luta há tempos, isso tem de repercutir, e para isso temos de exatamente de fazer isso que estamos fazendo, buscando soluções e avançando de alguma forma. Diante do que acaba de ser dito, alguém tem alguma observação?... Com a palavra, o secretário do conselho, o senhor Sérgio Wanderly.

SENHOR SÉRGIO WANDERLY SILVA (presidente do Conselho de Assistência Social de MS) — Boa tarde a todos. Minhas saudações aos que nos ouvem por todo o território de Mato Grosso do Sul, trabalhadores, usuários, entidades, colegiado de gestores. Depois de tanto tempo, de trinta e oito anos de carreira, de trabalho na assistência social, eu falo hoje de um lugar que não governo, que é das entidades. Foi uma grata satisfação, um orgulho ouvir a colega Taciana, a quem cumprimento, a ela e à Mariana, é muito bom ouvi-la, e já o fizemos em outros momentos, porque geralmente a gente traz pessoas de alturas estratosféricas, que só conhecem a realidade de livro, não de chão. Felizmente temos em cada município trabalhadores valorosos, Mato Grosso do Sul tem já uma história nessa questão, deputado, o senhor bem conhece, sua esposa foi secretária, foi presidente do colegiado de gestores, participou em Brasília assim como eu; lembro também da doutora Tânia, da dona Isabel, entre outros nomes... Porque a história é construída de crescimento e de inovações, naturalmente que uns vão ficando veteranos e vão saindo, mas outros vêm chegando, e os que estão chegando não podem esquecer dos que ajudaram a construir todo esse legado. Enfim, temos história, temos uma base, estamos longe do ideal mas avançamos muito, construímos, por exemplo, os marcos legais da carreira, apesar de termos pecado nas garantias de recurso, pelas razões que a Taciana já mencionou. Para não repisar os pontos trazidos já pela Taciana, com os quais eu concordo em gênero, número e grau, eu vou procurar falar desse outro lugar de fala, o da rede socioassistencial; porque a gente fala do *oficial*, do *oficioso*, a gente fala do Governo, fala dos trabalhadores do Suas e fica-se com a impressão de que só é gente do Governo trabalhando, mas não: nós temos uma rede histórica bastante antiga, com valores



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

consolidados nessas entidades; e não é uma concorrência, muito pelo contrário. Hoje, mais de 90% dos serviços de alta complexidade não é o Governo que faz, são entidades, quem cuida de pessoas, principalmente, não são as prefeituras, são entidades, é rede. Se vamos para o tema do valor salarial, que a Taciana já levantou, isso no caso das entidades é bem pior, pois nas entidades em média ganha-se a metade do que percebe um trabalhador do Suas, um trabalhador do Governo. E, no entanto, nós frequentamos uma faculdade, pagamos a mesma mensalidade, sofremos também, e sofremos até mais, porque a gente trabalhava de dia e estudava à noite, aquela coisa toda... Bem, hoje representando nesta mesa o conselho estadual, trago o abraço de todos os meus companheiros, reconhecendo essa nova possibilidade que se abre com a frente. Quanto às condições do trabalho no Suas, de fato sem dinheiro não há como fazer política; se o gestor municipal já está com problema, está com dificuldades, imaginem como não estarão o senhorzinho e a senhorinha que estão lá tocando a entidade dois, três meses sem receber o repasse, donde resulta que esse trabalhador, que já ganha a metade, como assinalei, nem isso ganha, porque não há o dinheiro. Outro problema é o custo real do serviço, ninguém quer tratar disso; geralmente os municípios pagam o que acham que é justo, não há uma construção, não há uma isonomia. Eu ando muito pelo estado, já fiz isso muitas vezes como presidente do colegiado, estive duas vezes no conselho nacional e, numa dessas conferências, encontrei uma freirinha que estava muito braba. — "Olha, estou muito feliz que o senhor está aqui, porque eu tinha uma coisa pra dizer e é hoje que eu vou falar." — "Pois não." — "Quando a gente estava sozinha lá trabalhando no meio do povo, estava indo tudo muito bem, veio o Governo querendo fazer parceria com a gente, fez a parceria, no outro dia choveram regulamentos e regras, e o que é pior: fizeram a parceria, vieram as obrigações, mas o recurso não chegou." Hoje para cada serviço têm de estar especificados tais profissionais, precisa estar tudo certinho de acordo com o protocolo do Governo, só que o recurso que chega na entidade não vem do Governo! O gestor recebe dinheiro do Estado, que o FIS continua chegando, há prefeito que repassa o dinheiro para a rede mas outros não, talvez porque sejamos um zero à esquerda, só lembram da gente na hora política, aí todo mundo é querido, todo mundo é bom. Mas ora, esse dinheiro era que mantinha a rede, mas acabou. É uma insensibilidade, é como se lá o trabalhador não precisasse comer, não pagasse boleto como todo mundo. E pior, sem esses prédios onde funcionam as igrejas, as entidades, as Apaes e Pestalozis da vida, o que seria do Governo! Nunca se perguntou como é que se mantém um prédio desses em ordem, em dia; tudo é cobrado da gente, até grade nas janelas; lá na minha entidade é conselheiro trompando com fiscal de cinco em cinco minutos, falta isso, falta aquilo, falta não-sei-quê, não há dinheiro manutenção, reforma, nada, somos nós que corremos atrás. E agora estamos tendo de tomar dinheiro emprestado para poder pagar a folha. E uma coisa eu não consigo entender, o estatuto da criança e o estatuto do idoso ainda estão valendo, a criança e o idoso são prioridade absoluta, mas então como é que essas pessoas podem estar dentro de uma entidade, "protegida" pelo Estado, e correndo risco? Porque se eu fico dois meses sem receber, como é que eu vou dar comida para esse povo, vai cair do céu? E como é que se paga o trabalhador? E aí, deputado, o que senhor acha, e eu sei da sua sensibilidade, de presidente



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

de entidade sendo apenado? Num caso desses, que eu sei, não foi pago o salário num mês, aí um funcionário um pouco mais esclarecido entrou na justiça, o sindicato interveio, cobrou, o dirigente foi penalizado e a entidade teve de pagar, fora o que já estava devendo. Ou seja, gente, nós estamos numa crise, está numa crise o chão de fábrica, esse lugar que ninguém enxerga; na Covid muita gente foi para casa mas a entidade continuou lá, impávido colosso, muita gente morreu trabalhando, tanto nossa quanto do Suas. Outro ponto nevrálgico é a escola do Suas, tivemos de brigar com Brasília, porque não se aceitava o pessoal da entidade para se capacitar na escola do Suas, só gente do Governo, aí a gente tem de aprender sozinho. Muitos tiveram de tirar recurso do próprio bolso para capacitar esse povo. Como manter, nessas condições, uma educação, uma saúde, uma rede complementar de qualidade para essas pessoas? Como oferecer o mesmo serviço sem ter tido a mesma formação, a mesma capacitação e ainda você sendo acusado de meia em meia hora que é religioso demais, que é isso, que é aquilo? A grande preocupação que o povo tem com a minha entidade não é se a gente está morrendo de fome, é se eu estou fazendo proselitismo religioso, porque uso uma batina, é se eu estou fazendo os meninos rezar... Se eu estivesse fazendo rezar ainda estava bom, porque considerando de onde eles vieram, as violências que sofreram, é certo que não tiveram na vida um monte de coisa, inclusive religião. A rede dos municípios é muito importante, é imprescindível para o trabalho, porque quando tudo faz água e parece estar acabando (a prefeitura não tem dinheiro mais), quem mantém o serviço de pé são as igrejas, são as pessoas que estão lá — vendendo frango no final de semana, se virando. Voltamos à caverna, depois de trinta e cinco anos trabalhando (trinta só no Suas) é triste ver que estamos pior do que quando tudo começou. Outra coisa que nos aflige é essa coisa da emenda parlamentar, porque não chega nas entidades, parece até que fazemos tudo errado. Mas é mais que isso, é como diz a Taciana, é tudo, é o dia a dia, não adianta um *plus* no final do ano, precisa já, é para a comida, é para salário: é para dignidade! Estão aqui muitos representantes, mas eu diria que é preciso trazer para cá todas as entidades envolvidas nessa questão. E entidade não é só na capital, é no interior também, o fórum das entidades só olha para quem está mais próximo, há entidade em tudo quanto é lugar nesse território do estado fazendo coisas maravilhosas mas que não conseguem se fazer ouvir, não têm assento no conselho estadual. Eu sugiro que da próxima vez — e podemos dar um jeito nisso, o colegiado de gestores pode ajudar nisso, além de vocês da Sead [Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos] que conhecem bem toda essa rede] — vamos trazer essas pessoas diretamente envolvidas para falar, o trabalhador, quem está sendo atendido, o idoso, essas vozes. Então, gente, não é só salário, estamos perdendo envergadura, recursos, estamos perdendo milhões e isso não volta. Vamos reunir todo esse aporte e a partir dele alinhar alternativas, afinar o diálogo com o governador, e não só com ele, com as instâncias mais altas, porque a situação está feia, é inadmissível, para um serviço que custa R\$ 120 mil, passar dez, quarenta mil, como foi no caso do Residência Inclusiva. Depois fica tudo nas costas do prefeito, nas costas do governador. Nós temos de falar sobre essas coisas, principalmente do idoso, eu me lembro que quando caiu a Dilma, estava-se começando a falar da política do idoso: não se falou mais no assunto. Enfim, nós temos de aproximar todas as frentes,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

todos os blocos; eu acho que existe também muito desfile de vaidades, de interesses que passam longe às vezes do que a gente precisa, que é a unidade na diversidade, é saber em profundidade o que significa a questão social, o que significa atender e proteger. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador) — Passo a palavra à senhora Lesly Lidiane, da UFMS.

SENHORA LESLY LIDIANE (assistente social da UFMS) — Meu nome é Lesly, sou assistente social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Gostaria de fazer um comentário com relação à saúde ocupacional, acho que um tema importante. Eu falo aqui enquanto assistente social e pesquisadora, enquanto especialista na área, tenho mestrado e estou concluindo meu doutorado. Bem, a fala da Taciana me faz pensar que a nossa frente não é nem de valorização, ela está um passo atrás, está ainda na parte do mero reconhecimento, valorização é quando você já tem algo reconhecido e quer valorizar aquilo: a gente não está tendo nem o reconhecimento, pelo cenário que nos foi apresentado. Isso é muito preocupante, porque eu atuei alguns anos na assistência social e, no meu ponto de vista, ela se tornou uma espécie de trampolim, não é interessante permanecer ali. Então, todo o meu respeito e admiração por vocês, que se batem nessa luta todos esses anos, mas repito: não é uma carreira interessante! É muita desvalorização! Quem me conhece sabe, eu sou concurseira, sempre fui e posso afirmar: não passa pela cabeça das pessoas fazer concurso nessa secretaria, a gente nem se inscreve, porque qualquer outro lugar é melhor. E eu nunca entendi por que que o assistente social da SES ganha mais, o da Sejusp ganha mais que o dobro, o da lagro também, todo mundo faz trinta horas e, enquanto isso, o assistente social, de uma política pública, que não é de terceira ou quarta categoria, ganha menos de 50% do que os seus colegas. Então, gente, como disse o Sérgio, há algo aí do princípio da isonomia que a gente tem de discutir — não estou dizendo que precisa ser uma carreira única —, a gente precisa ter uma razoabilidade, um equilíbrio, e não só salarial. Eu entendo que estamos diante também de um problema de saúde pública, afirmo isso porque já tive a oportunidade de participar de várias pesquisas da saúde mental dos trabalhadores do SUS — e isso só começou a ser discutido depois que as pessoas começaram a se endividar, a adoecer, a vir a óbito, a se suicidar até, por cargas horária exaustivas, sobrecarga de trabalho, falta de autonomia, falta de reconhecimento profissional, assédio moral (pouco falado, mas acontece), e vários outros fatores decisivos para o adoecimento mental desse trabalhador, porque o trabalho é um dos elementos que compõem a identidade. Quem já está há duas, três décadas trabalhando, dá para dizer que essas mulheres passaram mais tempo no trabalho do que em casa, com os filhos, com a família, é uma vida dedicada à política pública; a pessoa que já pisou lá no Cras, no Creas, que já trabalhou com assistência social, sabe que só de ter de lidar todo dia com esses dramas (miséria, abuso, exploração sexual, violência de todo tipo), isso já a deixa mais vulnerável a um adoecimento; some isso à falta de condições dignas de trabalho e você terá uma noção da enormidade do problema. Outra coisa é esse *plus* do não reconhecimento



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

das atribuições privativas, o que é muito grave, e concordo com a Taciana, daqui tem de sair um encaminhamento muito sério a respeito; porque a Câmara já está decidindo a jornada e o piso, a primeira votação já foi, a tramitação vai ser rápida, é ano eleitoral, com certeza isso vai sair este ano e vocês vão ficar de fora. Algumas coisas realmente dependem de dinheiro, simples assim, e dinheiro a gente vai resolver aqui? Não vai, a gente não tem dinheiro, a gente não é ordenador de despesa. Mas há outras coisas que não precisam de dinheiro, o reconhecimento, por exemplo, para isso, além de boa vontade, é preciso um engajamento maior, e isso passa pelas atribuições privativas e pelo cumprimento da isonomia entre esses trabalhadores. Não pode uma assistente social e uma psicóloga da Sejusp ganharem sete mil e a assistente social da secretaria — do lado, quase na mesma rua! — ganhar três e quinhentos. Outra coisa é a rotatividade, é também a questão do impacto do vínculo; a gente fala tanto em fortalecer vínculos, mas que vínculo que você vai criar num ambiente assim, nesse entra-e-sai todo dia? Então, acho que vale a pena falar sobre isso, e se adiantar com relação aos transtornos mentais comuns que acometem esses trabalhadores (ansiedade, depressão e estresse). E esse é o cenário do Brasil inteiro, não é só Mato Grosso do Sul, é um cenário epidemiológico. Há município (e isso os maiores, com recursos) atuando com mais de 80% do seu quadro sendo composto de contratados, quase sem efetivos. Parece que é intencional, que é um projeto isso de vínculos frágeis, precarizados... A quem interessa não ter um trabalhador efetivo, com os seus direitos garantidos, que possam atuar na política de forma técnica? Acho que vale a pena a gente refletir sobre isso, fazer um encaminhamento, antes que o cenário mude de ruim para pior. Vamos esperar que alguém se suicide (se é que já não aconteceu)? Vamos esperar que vire uma epidemia de suicídio entre os trabalhadores da assistência social?... Então acho que vale a pena a gente se adiantar, pensar sobre isso, pensar sobre a valorização, sobre o que devemos fazer, que políticas devem ser implementadas para que tenhamos um futuro mais promissor. Obrigada.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador) — A senhora Antônia Zottos tem uma observação.

SENHORA ANTÔNIA RAQUEL LIMA CAMARGO ZOTTOS (UEMS) — Meu nome é Antônia Raquel, sou servidora concursada e represento a UEMS aqui. Eu considero que o primeiro encaminhamento da Taciana é importante e necessário, e eu gostaria de deixar um segundo encaminhamento: que pensemos num projeto de lei que dê jeito nesse cenário de recomposições e de perdas salariais. Isso é necessário, urgente, e acho que a frente pode nos ajudar nisso. Esta é a minha sugestão.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador) — Mais alguém?... Bom, temos então alguns encaminhamentos. Começando por esse último, da Raquel, isso é possível, viável... Nós temos de alinhar, desenhar, construir, deixar pronto isso. Além da sua atuação, Taciana, que tem um excelente trânsito na secretaria, nós temos de nos mobilizar paralelamente, também aqui pela Casa. É isso, por que não criarmos um grupo



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

de estudo, um instrumento da frente? Quem quiser participar coloca-se à disposição e você apresenta esse desenho, essa proposta e eu uso o nosso instrumento primeiro, aqui, que é a indicação. Outra indicação pode ser também a do encaminhamento da valorização; podem ser indicações separadas ou mesmo duas em uma, com as respectivas justificativas já levantadas pela Taciana, de forma que ela seja a voz da frente parlamentar; eu apresento em plenário essa sugestão e a colocamos em votação, de forma que chegue até o Governo do Estado uma proposta da Assembleia Legislativa, pela frente parlamentar, dando-se assim um peso maior à discussão. Depois desse encaminhamento oficial, burocrático, técnico, nós podemos então organizar uma reunião para apresentar ao próprio governador um quadro mais detalhado da situação e das justificativas das nossas sugestões. Pode ser assim? Todos concordam?... Então, este é o primeiro encaminhamento e, com ele, fechamos o primeiro tema. Agora passo a palavra à senhora Mariana Leal, que vai fazer sua apresentação.

SENHORA MARIANA LEAL DE SOUZA (palestrante) — Boa tarde a todos. Eu agradeço a oportunidade, quero dizer que eu estou aqui enquanto trabalhadora do Suas, sou assistente social, estou na política de assistência social há vinte e dois anos. Então, como trabalhadora e pesquisadora na área, eu fiz um estudo, um levantamento de como estão hoje as condições e as relações de trabalho no Suas, principalmente no que diz respeito a situação do assistente social. Na minha tese de doutorado eu desenvolvi um estudo sobre o trabalho do assistente social, principalmente na gestão, nos órgãos gestores de alguns municípios, e de lá para cá continuo estudando a temática. Muito do que eu ia falar, a Lesly já colocou, por exemplo, quanto ao adoecimento do trabalhador e, estou absolutamente de acordo com ela, quanto à necessidade de falarmos, antes de valorização, de reconhecimento, de identidade, e quanto à necessidade de conhecer bem qual é o perfil do trabalhador do Suas, quem somos nós, qual é o Suas que está sendo construído por esses trabalhadores e onde eles estão. Até trouxe aqui alguns números. Vejam que não somos uma política pequena [a oradora refere-se já ao primeiro eslaide que está sendo exibido], não somos uma política de segunda linha, nós somos uma política robusta, somos uma política grande, são muitas unidades pelo Brasil, de maneira que nós precisamos ser ouvidos, pois temos arcabouço para isso, e nós não devíamos nos sentir inferiorizados em relação à saúde e à educação, como muitas vezes acontece. São muitas unidades, o Município tem Cras, ele tem Crea's, ele tem unidades de acolhimento da pessoa idosa, ele tem entidades trabalhando em várias frentes na proteção social, inclusive na base, na proteção social especial, ou seja, há toda uma rede de atendimento no Município, da mesma forma como acontece na saúde: nós não somos pequenos, temos de começar por aí. Vocês estão vendo aí dados do Censo [eslaide], do país e de Mato Grosso do Sul, dados do site do "Monitora Suas" (alguns desses números podem até ter aumentado, né, Taciana?), dados de 2022. Como veem, em Mato Grosso do Sul nós temos também um arcabouço, não somos pequenos, nós estamos lá, somos muitos e atendemos muita gente. Mas e aí? Quantos funcionários é preciso ter numa equipe (numa unidade de atendimento, numa residência) para conseguir atender a contento uma pessoa idosa necessitada de cuidados



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

especiais, acamada? Quantos trabalhadores precisam estar envolvidos no atendimento de uma única pessoa? É muita gente! Agora vemos aí [no eslaide] alguns dados relativos à escolaridade, à formação dos trabalhadores do Suas no Brasil: 45% têm ensino superior completo, 42% têm o ensino médio e 12,16%, ensino fundamental. Ou seja, os nossos trabalhadores também estão buscando qualificação profissional, apesar de não estar implantada a educação permanente em todos os municípios do país. É assim também em nosso estado; apesar de todo o esforço da secretaria estadual para que se implantem os núcleos municipais de educação permanente, isso ainda não é uma realidade; avançamos muito, sim, mas estamos ainda longe do ideal. Uma das dificuldades é que as prefeituras não liberam o funcionário para ele fazer uma pós-graduação, para sair você tem de ter um banco de horas, você não tem liberação remunerada daquela carga horária, de forma que assim fica difícil aprimorar os estudos. Vejamos como estão as profissões de nível superior: assistentes sociais, 11,18%; psicólogos, 5,63%; e pedagogos, 5,36%. Essas são as especialidades que mais aparecem, mas há outras, que estão arroladas numa resolução. "Funções desenvolvidas no Suas [eslaide]." Como vemos, no Suas, são 3.969 assistentes sociais exercendo outras funções; formaram-se, qualificaram-se, mas exercem outras funções — talvez porque não tenha havido concurso público, ou processo seletivo, não importa, esse profissional buscou, estudou, se qualificou e trabalha dentro da política de assistência social. Vemos também que 59,8% das/os assistentes sociais estão no setor público, sendo 43,59% esfera municipal, 11,01% na estadual e 5,20% na federal; 8,13% deles estão em Organização não Governamental, que é um número significativo em nível de Brasil; e 4,91% estão em empresa privada — ou seja, os trabalhadores do Suas, como diz o Sérgio, na rede socioassistencial. "Formas de contratação [próximo eslaide]." Segundo a pesquisa feita pelo CFESS [Conselho Federal de Serviço Social], 56,68% dos assistentes sociais de Mato Grosso do Sul são estatutários (concurso público), acima da média nacional, que é 34%. É um avanço? É um avanço, mas ainda é uma deficiência só 56%, resta ainda um grande número de pessoas contratadas, comissionadas, etc. Os contratos pela CLT na região Centro-Oeste se apresentam abaixo da média nacional (24,26%)... Ou seja, temos ainda muito que avançar, há ainda uma flexibilização dos vínculos contratuais; então, quando a pessoa não entrou via concurso público nem é celetista, qual é a forma de contratação? Que tipo de contrato temporário está sendo firmado nos municípios? Qual é o vínculo empregatício? É aquele contrato temporário que a qualquer momento pode ser extinto — e amanhã eu acordo desempregada. Não sei como é nos outros municípios, mas no meu, Paranaíba, todo ano em dezembro o prefeito manda todo mundo embora, todo mundo, até os comissionados, inclusive seus secretários, pessoas de sua confiança: ele exonera todo mundo! E aí ele vai nomeando aos poucos no início do ano seguinte, conforme vai recuperando financeiramente o município (se vocês quiserem pesquisar, está nas reportagens); sua justificativa é de que financeiramente isso dá um fôlego para o município. "Relações e condições de trabalho [eslaide]." Outra ponto relativo à contratação é a questão do CNPJ, hoje em Mato Grosso do Sul há uma tendência de não contratar pessoa física, contrata-se um CNPJ; contrata-se a empresa e esta é que terá um, dois, três assistentes sociais que vão prestar o serviço para o município. O resultado disso evidentemente é uma



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

alta rotatividade, o assistente vem de fora, ele trabalha tantas horas e vai embora, aí semana que vem outro, que nem sempre conhece a realidade do município, não conhece as ruas da cidade, os bairros. Acontece à vezes de virem pessoas prestar serviço (já aconteceu no meu município) e perguntar: onde fica esse bairro? Aí você dá toda uma explicação... Como que fica a qualidade do serviço? Por mais qualificada que seja a pessoa, as dificuldades vão aparecer, porque ela não tem vínculo nenhum com o território, fala o nome do município errado, fala o nome dos bairros errado — não sei como é a realidade no Estado, mas nos Municípios a gente tem recebido muitas queixas a respeito da contratação de CNPJ, e em vários setores, na saúde também acontece. "Acesso ao mercado de trabalho e formas de ingresso [eslaide]". Essa é outra questão complicada. Como que é o acesso ao trabalho, é via concurso público? É seleção pública simplificada? Há prova, avaliação de título? Como estão sendo feitos esses processos seletivos nos municípios?... É tudo muito dúbio, mas podemos dizer que é uma forma de indicação mascarada... É análise curricular? quem analisa esse currículo?... Então, como vemos aí, 52,7% dos assistentes sociais têm acesso aos seus postos por meio de modalidades de ingresso públicas, mas é o tal do processo seletivo simplificado. E outra questão, a maioria dos processos seletivos que estão saindo em nível de município, são para quarenta horas. Ou seja, é um retrocesso, nós estamos lutando pelas trinta horas, muitos municípios onde havia concurso público já para trinta, agora estão abrindo processo seletivo para quarenta, porque nada impede que o processo seletivo seja para quarenta horas, mesmo que ele já tenha o concursado trabalhando trinta; e aí a remuneração é diferente, paga-se um pouquinho mais, afinal o profissional vai trabalhar dez horas a mais; não é proporcional, é um pouquinho, mas a pessoa aceita, ela precisa trabalhar. Como são organizados os processos seletivos em Mato Grosso do Sul em nível municipal? Recentemente tivemos um processo seletivo em nível estadual, inclusive com uma nomenclatura complicada para o assistente social: "assistente de ações sociais". Mas quem é esse profissional? Ele cursa qual faculdade?... Então, gente, nós estamos perdendo identidade. Por que que o psicólogo está lá como psicólogo e a gente não?... "Jornada semanal de trabalho [eslaide]." Trago mais uns dados, agora referentes à jornada, do trabalhador do Suas (o psicólogo e o pedagogo do Suas enfrentam a mesma realidade, está todo mundo no mesmo barco). Enquanto, nacionalmente, 44,37% já têm uma jornada de 25 a 30 horas, um resultado muito bom, Mato Grosso do Sul tem ainda um percentual expressivo que trabalha mais de quarenta. Outro problema é a ausência de plano de cargos, carreiras e salários nos municípios; se o Estado não tem, imaginem o Município, lá nem se fala disso — isso bem que podia ser uma indicação, deputado. Será que esses prefeitos vão ter essa iniciativa nalgum momento? Acredito que não. "Rendimento bruto do assistente social [eslaide]." Nesse quesito a realidade dos psicólogos tampouco é diferente; na saúde é muito melhor, como já assinalou a Lesly — o salário na Saúde é diferente, na Educação é diferente, no sistema de justiça é diferente: bem melhor. Então, o psicólogo que entra no Suas também tem de se submeter a esse salário. As percentagens são as seguintes: em nível nacional, 24,52% recebem de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00... Gente, como é que se vive com três mil reais?! e isso que estamos falando de nível nacional, de Governo, não estamos falando das entidade, que estas pagam ainda menos. Em Mato Grosso do Sul,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

27,30% ganham de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 também, números parecidos com os do nacional, essa é a realidade nossa hoje para o assistente social; a realidade do psicólogo, aqui também, não é muito diferente. "Relações e condições de trabalho [eslaide]". Aqui nós temos excedente de carga horária sem remuneração, porque no papel estão quarenta horas, mas nós fazemos mais, pois a nossa demanda é muito grande. Até coloquei essa foto aí [um funcionário com uma xícara na mão olhando para o celular] numa situação que parece de descanso... Mas quem aqui não resolve problema no WhatsApp? E é em que horário? É no horário de trabalho? Não, né? Gente, o celular passou a ser uma extensão do trabalho, e ali é carga horária também, excedente, o que contribui para o nosso adoecimento. Outro problema que temos aqui é o da hora-extra transformada em banco de horas. Vocês conseguem usar o banco de horas? Há município que nem tem, o meu tem mas eu nunca o consigo usar, nunca dá... Aí temos estrutura física; quais são os espaços? Quando se chega num lugar assim como a Assembleia, deputado, a gente se sente no paraíso, é ar-condicionado, são mesas, são cadeiras de qualidade. As nossas salas são iguazinhas, só que não... Então, gente, é falta de equipamentos adequados, de salas exclusivas para atendimento... Será que todo mundo tem sala exclusiva? Será que não precisa dividir? Há rotatividade? Uma equipe sai e outra entra?... Não, né? O assistente social muitas vezes tem de dar aquela revezadinha?... A gente sofre muito também com a falta de autonomia profissional, porque existe uma grande interferência em nossas decisões profissionais, técnicas inclusive, há relatos de colegas que sofrem a interferência até no que escrevem em seus relatórios; é uma questão até ética... Próximo item, o *cumprimento de metas*; você tem de atender tantas pessoas... Como assim? Eu não sei quem eu vou atender, não há como saber de antemão o tamanho da demanda que cada pessoa vai me trazer, eu não tenho como cronometrar o meu tempo. Mas não tem jeito, você tem de atender tantas pessoas, já está agendado... É também WhatsApp sem limite de horário, é também ausência de liberação remunerada para cursos de aprimoramento, como pós-graduação, etc, como que você vai se ausentar se com a redução da carga horária há também uma redução salarial? Você vai ter de repor a carga horária?... Outro problema, o da formação em serviço - educação permanente, de que a gente já falou; outro, o *assédio no trabalho*, que é um dos fatores que mais contribuem para o comprometimento da saúde mental do trabalhador. Eu estou em vários grupos [de WhatsApp] de trabalhadores dos municípios, e é todo mundo toda hora trocando nome de remédio, está todo mundo exausto, estressado, ninguém está bem, por conta da sobrecarga e precarização do trabalho e com medo da pressão: "Será que amanhã eu vou acordar desempregada? Amanhã vão me mudar de setor"? E temos ainda alguns desafios que são particulares aqui do Mato Grosso do Sul (ainda nem chegamos a essa discussão, mas acho importante), que são: a Rota Bioceânica, a rota da celulose, o fluxo migratório... Essa é uma questão que para nós, lá em Paranaíba, tem sido intensa, estamos recebendo venezuelanos, colombianos e não estamos sabendo para que lado a coisa vai... Temos as questões das regiões fronteiriças, dos povos originários, da rota do tráfico internacional de drogas e armas, da expansão do agronegócio, do alto fluxo migratório interno pela busca de oportunidades de trabalho, abertas com a Bioceânica, com o crescimento do agronegócio... As pessoas vêm



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

em busca de trabalho, mas ele ainda não existe... Seguindo com os nossos desafios [expressos no eslaide], temos ainda o aumento da população em situação de rua, o aumento da violência de gênero e dos feminicídios, o aumento da demanda por cuidados de terceiros, por parte de pessoas idosas e pessoas com deficiência... De fato, nos municípios, como vocês devem ter percebido, tem aumentado significativamente a demanda por cuidados, de idoso, de pessoas com deficiência, em situação de isolamento, abandono, e isso naturalmente recai sobre os municípios e as equipes. Em suma, gente, essa flexibilização, essa precarização do trabalho, essa insegurança contratual, essa sobrecarga de afazeres, tudo isso está pesando demais sobre o trabalhador do Suas. E aí eu penso, em termos de encaminhamento, que talvez fosse o caso de pensarmos em, primeiro, ser reconhecidos como trabalhadores, em nos fortalecer, fortalecer a nossa identidade, e depois procurarmos caminhar no sentido da valorização, e aí já pensando em questões como plano de cargos e carreira, financiamento, e pensando em estratégias para valorizar esse trabalhador, assistente social, psicólogo, educadores, todos que compõem a rede Suas — que a maioria está em avançado processo de adoecimento. Então, vocês que estão na ponta, como eu estou, têm percebido, sentido isso, é aviltamento de salário... O nosso salário é uma vergonha, é um salário que não condiz com a qualidade e a importância do nosso ofício. Os municípios estão mudando, eles estão sofrendo o impacto da expansão do agronegócio; nos municípios da minha região, por exemplo, triplicou o valor dos aluguéis: o meu salário não subiu nenhum centavo... Eu gostaria de encerrar evocando uma canção do Zé Ramalho, *Cidadão*: "Sabe, seu moço, aquele prédio que eu ajudei a construir, lá eu não posso entrar"... Pois nós estamos ficando assim, fomos nós trabalhadores do Suas que construímos essa política, mas parece que não estamos podendo entrar. Fica para a reflexão de vocês. Era isso. Obrigada.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador) — Muito pertinente. Alguém quer fazer alguma observação?... Com a palavra, o senhor Sérgio Wanderly.

SENHOR SÉRGIO WANDERLY SILVA (presidente do Conselho de Assistência Social de MS) — Eu não sei como é que vamos construir isso, legalmente falando, a questão é delicada. Numa ILPI [Instituição de Longa Permanência para Idosos] não é todo o trabalhador que pode ser pago com o dinheiro do Suas, nutricionista por exemplo, e o resultado é que há cuidadores colocando a vida de idosos em risco; lá na ILPI de São Gabriel, onde estou, a gente faz o que pode e a coisa anda, mas não podemos tirar a regra pela exceção, é que lá é uma pressão social muito grande das entidades sobre o Governo, a primeira carta do Suas nasceu em São Gabriel do Oeste, depois se disseminou pelo estado e hoje está no país inteiro. E é assim, em época política ganha voto quem assume o compromisso de pelo menos manter os ganhos — eu sempre falo que a assistência social é um patamar civilizatório, mas hoje esse patamar está sendo achatado, é salário achatado, é o não lugar, é a não pertença, muitos profissionais a gente precisa deles mas eles estão noutra lugar. E precisamos voltar à questão da tipificação dos serviços; e mais outra: noventa e tantos por cento da proteção social especial não é feita pelo



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

Governo, é feita pelas entidades com o que sobrou e pagaram para a gente. Como ter o profissional necessário para proteger e cuidar daquelas vidas?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador) — Próximo.

SENHOR CLERITON ALVARENGA FERREIRA (Coegemas/MS) — Boa tarde. Chamo-me Cleriton, sou secretário de Assistência Social de Aquidauana. Parabéns, deputado Renato Câmara, por esta ação da frente parlamentar. Considerando que para 2026 estima-se um aumento no orçamento dos deputados estaduais, eu gostaria de ver se há a possibilidade de Vossa Excelência, junto com os demais deputados, articular um repasse maior para a nossa área, sendo que hoje 60% desses recursos são destinados à saúde — 50% das emendas destinadas à saúde vão via fundo a fundo e 10% podem ser usados. E hoje os nossos deputados estaduais destinam 18% desses recursos para a assistência social. E aí, pegando o gancho do nosso amigo frei, seria bom que os parlamentares pudessem dar uma incrementada nessa porcentagem, que trabalhassem mais em cima disso, já que é ano eleitoral, é um ano em que todos os políticos precisam do apoio da assistência social; como secretário de Assistência Social eu sei e posso dizer que os prefeitos têm as suas contribuições políticas, provindas tanto dos órgãos federais quanto dos estaduais, e Vossa Excelência, à frente dessa ação, poderia também fazer um trabalho em conjunto com os seus colegas para que aumentasse essa porcentagem, que dessem essa visibilidade que merece a assistência social; nós estamos clamando aqui por um reconhecimento. Então, com a sua representatividade, que Vossa Excelência possa ser essa linha de frente, que está sendo iniciada hoje aqui, engajando mais colegas na luta, porque se os recursos, as emendas parlamentares estaduais e federais estão aumentando, nós ainda estamos brigando por 1% do Governo Federal (da PEC). Então, que o senhor possa liderar essa frente e brigar por nós, junto ao Governo, isto aqui é o início de uma história; que o senhor possa nos representar futuramente, possa nos dar essa oportunidade; e que esses 12% a 18% possam, já neste ano, subir para 20%, 25%; porque a educação recebe os 25% do Governo Federal, 50% do Governo Federal a saúde também recebe e, enquanto isso, nós estamos brigando por 1%! — e há a obrigação de atender a saúde com 60%. Fica então esse apelo para que Vossa Excelência se empenhe em nos ajudar, a assistência social é apaixonante, eu já fui vereador, hoje estou no outro lado, mas sei, é apaixonante poder contribuir com a população, com a sociedade, e não se trata de assistencialismo, como muito político vê... Seja como for, é gratificante ver os colegas aqui nessa frente parlamentar lutando pela nossa causa juntamente com o senhor. Então, repito, eu rogo a Vossa Excelência que nos represente, brigue por esse aumento, convença seus colegas a se juntarem a nós. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador FP) — Muito bom. Próximo.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

LAIRSON RUY PALERMO (OAB Seccional /MS) — Boa tarde, senhor presidente, deputado Renato Câmara, senhoras e senhores assistentes sociais, boa tarde, frei Sérgio Wanderly, nosso eterno secretário de Assistência Social, referência do estado nessa matéria. Eu sou Lairson Palermo, advogado há trinta e dois anos e represento aqui a Ordem dos Advogados do Brasil, indicado pela nossa diretoria, pelo nosso diretor, o doutor Luiz Cláudio Pereira, o Bito, e pela doutora Vanessa Correia; sou presidente da Comissão de Direitos Sociais da Ordem e tenho uma história de militância política desde os meus dezesseis anos (faço sessenta e cinco agora). Eu tive a oportunidade de enfrentar a Assembleia Nacional Constituinte, quando ainda filiado ao PMDB, eu sou da geração do doutor Wilson Barbosa Martins, do doutor Plínio Barbosa Martins, aqui de Campo Grande, de Mato Grosso do Sul; e por ocasião daquele episódio, nós aprovamos o princípio da seguridade social, que infelizmente, do ponto de vista da flexibilização, foi abandonado e hoje nós temos aí separadas a assistência social, a saúde e a previdência — não era para ser assim, não foi essa a vontade do constituinte, mas aconteceu. Isso aconteceu mas nós, desde então, viemos seguindo de longe o trabalho de vocês. O que nós temos aqui para contribuir, deputado, é justamente o seguinte. A Ordem dos Advogados do Brasil é uma entidade federal cuja finalidade, segundo o artigo 44 do Estatuto da Advocacia, é defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas. Então, dentro desse espectro, senhor presidente, nós nos colocamos totalmente à disposição para contribuir, para somar naquilo que precisar. Nós tínhamos uma noção de que a coisa ia mal, mas não tínhamos as informações que hoje foram passadas pela doutora Taciana, pela secretária-executiva, e o quadro que nos foi apresentado é desalentador. É uma situação que exige, primeiro, a união de todas as forças interessadas no desenvolvimento do nosso estado, porque não há desenvolvimento sustentável sem uma política social em primeiro plano, é uma visão errada de desenvolvimento, na verdade não é desenvolvimento, seria antes crescimento, que existe uma diferença; desenvolvimento pressupõe que pelo menos a maioria da sociedade seja contemplada nesse progresso. O atual governo, diga-se de passagem, vem implementando isso com muita força na infraestrutura, porém, do ponto de vista social, como acabamos de ver, ainda estamos distantes do ideal, mas precisamos contribuir para que esse desenvolvimento seja sustentável. Mas vou lhes dar uma má notícia: em 2024 o Supremo Tribunal Federal flexibilizou a contratação, ou melhor dizendo, declarou constitucional o texto da Reforma Administrativa de 1998 que suprimiu a obrigatoriedade de regimes jurídicos e planos de carreira para servidores da Administração Pública Direta, das autarquias, fundações públicas federais, estaduais e municipais. Não há mais o que discutir, está na lei, mas claro que sem efeito retroativo, em quem já é concursado não se mexe. Porém, os executivos federal, estadual e municipal estão autorizados a fazer contratações para a prestação de serviço público via CLT. Só que nós temos outro problema pior que esse; chegou ao STF justamente uma discussão sobre a CLT, quer dizer, daqui a pouco não vamos ter mais CLT também, e a maioria do Supremo está indo nesse sentido: vai acabar a CLT no Brasil, vai ser a tal da pejetização, empreendedorismo. Eu não vou me



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

estender muito sobre esse ponto nem vou dar a minha opinião sobre ele, mas só queria destacar que estamos vivendo essa estranha quadra civilizatória, e com o apoio do Supremo Tribunal Federal. De qualquer maneira, eu entendo que uma coisa nós podemos começar a estudar, que é essa questão de providenciar o cumprimento da isonomia salarial, isso me parece que não é muito complexo, afinal temos aí já uma tonelada de jurisprudência dizendo que no serviço público tem de haver isonomia salarial, e quanto a isso nós podíamos ver depois quais medidas esta frente poderia adotar, como tornar efetiva a isonomia salarial, que tanto vocês reclamam aí. Outra coisa que eu acho é que a frente deveria ter um banco de dados, dos setenta e nove municípios, para que tenhamos um perfil desses trabalhadores, porque vocês falam de identidade, falam de reconhecimento, que o reconhecimento não passa só pelo salário... Então, gente, nós precisamos ver o perfil de cada assistente social. Em Ivinhema, o que é que temos? É João, José, Maria; e em Aquidauana? Esse, aquele, etc. Então, deputado, eu entendo que seria o caso de essa frente parlamentar, que o senhor preside, ver como é que podemos tornar realidade esse reconhecimento, essa valorização... Mas, gente, no final das contas é uma luta federal, e nós temos três conselheiros federais na Ordem, de todo o trabalho que fazemos lá nós emitimos um relatório para a nossa diretoria — e com certeza ficamos à disposição para qualquer atividade federal, através dos nossos conselheiros federais. É isso que tínhamos a dizer e nos colocamos à disposição para que, dentro dessa complexa e contraditória situação que vivemos hoje, possamos ter ao menos algumas vitórias. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador) — Boa contribuição. A palavra agora está com a senhora Solange Mendes.

SENHORA SOLANGE WEIS MENDES (SINTSS - Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade) — Boa tarde, deputado Renato Câmara, Taciana, Sérgio, companheiro de longa data, boa tarde a todos. Como já se falou muito dos profissionais de nível superior, eu vou me ater aos de nível fundamental e médio. Alguns anos atrás, nós fizemos um estudo e levantamos o quantitativo de servidores dos níveis médio e fundamental (superior também), e a conclusão foi que o número de trabalhadores que têm nível fundamental ou médio supera e muito a quantidade dos que têm nível superior. Ocorre que nós, dos níveis médio e fundamental, estamos muitas vezes assumindo funções típicas de nível superior, e isso é algo muito grave, porque pode mudar a nomenclatura ali no papel, mas vocês está desempenhando a função de um técnico — por exemplo, numa visita a domicílio, que requer muitas vezes o domínio de conceitos que permitam discernir se aquela pessoa tem ou não direito a determinado benefício. Em nossa secretaria existem funções assim, típicas de nível superior com outro nome, e nós não temos a remuneração correspondente. Se o pessoal de nível superior já reclama do salário, imaginem então do fundamental e médio! Nós temos aí servidores que já estão qualificados, que já fizeram graduação e não têm sequer função dentro da secretaria, estamos com o cargo extinto. A Lei nº 4.445, de reordenamento das nossas carreiras, fizeram um copia-e-cola ali, o nível fundamental foi enquadrado dentro do concurso de 2005, foi feito ali, com os níveis



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

fundamental e médio, uma junção de funções... Se o nível superior perdeu identidade, imagine a gente... A gente não tem identidade, nós somos o quê dentro da secretaria? No entanto a gente assume ali várias funções. Fala-se muito na tal da valorização profissional, mas, gente, esse quadro é composto majoritariamente por mulheres, e as servidoras estão sofrendo com isso; nem a própria secretaria, que é de Direitos Humanos, tem esse olhar, a gente está lidando ali com mulheres que estão sofrendo abuso — abuso dentro de casa e abuso no serviço, porque o meu superior faz uma avaliação errada, manda-me fazer uma tarefa incompatível com as especificações do concurso que eu fiz, e eu não ganho nada a mais por isso e eu faço o serviço: isso precisa de uma solução urgente, dentro da Secretaria de Assistência Social. Então, gente, eu gostaria de frisar esse desequilíbrio no quantitativo entre nível médio e nível superior. Antes, lembro bem, em função de ensino superior eram cem servidores. E quem que está fazendo essa máquina girar? Será que são só esses cem gestores (que muitas vezes estão também em desvio de função, assumindo função de nível médio)? O problema é sério e, como disse o colega há pouco, nós temos de nos unir, todo mundo, que a união faz a força; se as três categorias não se unirem, a gente não vai ter força para melhorar, para mexer na lei de reordenamento... Ah, antes que eu me esqueça, senhor deputado: muitos servidores, de nível médio e fundamental, estão na letra "D"... Vinte anos de serviço! Servidores ganhando dois mil reais! Isso é humilhante... Aí você vê lá um comissionado ganhando seis mil, que não sabe o serviço, que muitas vezes não sabe sequer ligar um computador, e aquele que não tem nível superior tem de ir lá ensinar, porque já está ali há anos, aprendeu, e não ganha nada por isso. E muitas vezes aquele que entrou, comissionado, chega para ser seu chefe e lhe faz lá uma avaliação distorcida, não condizente com aquele trabalho que você excuta. Eu falo por mim; eu trabalhei no Conselho de Assistência Social, trabalhei no Consep [Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência], que foi o último serviço que eu fiz, e saibam que ali era comum eu levar serviço para casa, na época de conferência eu trabalhava até aos domingos; muitas vezes atendi conselheiro à noite, que era o único horário que ele tinha para falar comigo, e eu sempre atendi, desempenhando funções de secretária-executiva, porém, nunca recebi nenhum centavo: mas fiz o meu serviço. Mas se uma secretaria que é referência no estado não consegue dar um mínimo para esses servidores, o que que a gente vai esperar? Eu quero crer que agora nós vamos caminhar na direção certa, para que mude a nossa realidade, porque, se a gente não mudar essa realidade, eu tenho certeza que esses servidores que estão aqui vão adoecer, alguns já estão adoecendo, e a situação vai piorar. Muitas vezes a gente tem de fazer vaquinha, vender rifa para socorrer colega, às vezes a pessoa não tem dinheiro nem para comprar comida. Esses dias, no Mais Social, eu atendi uma senhora que me disse: "Agora eu posso comprar minhas frutas"... Poxa, eu não sei nem se vou chegar ao final do mês podendo comprar comida! E isso não é só eu: todas. Quem que vive com um salário de dois mil reais? Quem que vive dessa forma? Vinte anos trabalhando numa secretaria onde se fala muito em dinheiro, fala-se em políticas públicas, em direitos do ser humano, e a gente ali padecendo com todas essas privações! Era isso. Obrigada.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

SENHORA KARINA BASTIANI RODRIGUES (FMTSUAS - Dourados)
— Deputado, só mais uma coisa.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador) — Pois não.

SENHORA KARINA BASTIANI RODRIGUES (FMTSUAS - Dourados) — Boa tarde. Eu me chamo Karina, sou psicóloga em Dourados, do Fórum de Trabalhadores do Suas. Eu queria fazer uma proposta e tirar uma dúvida. Embora lá Dourados o nosso plano de cargos e carreiras seja um pouco melhor do que em outros municípios, nós precisamos avançar, a nossa situação está bem aquém do que se observa na saúde, temos banco de horas mas nem sempre se pode usar, não temos direito a plantão, nossas condições de trabalho tampouco são as melhores; outro problema é que não conseguimos utilizar o instrumento da licitação, mesmo tendo dinheiro — as OSCs (Organizações da Sociedade Civil) conseguem —, porque é um processo moroso, depende de muitos fatores... E aí a coisa fica assim: de um lado as OSCs, que nem sempre têm como pagar os servidores e, de outro, os órgãos do Governo de mãos atadas, e o resultado é que estamos, por exemplo, há um ano já sem repor material de limpeza, coisas básicas, gente! O prefeito Marçal Filho lança todos esses entraves na conta da responsabilidade fiscal, assim como o fazem vários municípios; a tal da Lei de Responsabilidade Fiscal atinge acho que 51%... Mas a gente queria saber o seguinte: teria como fazer algum ajuste na lei retirando o Suas, já que a gente não tem mais o FIS, a gente não tem o recurso que têm a Saúde e a Educação? Eu acho que caberia uma ação nesse sentido, porque já estamos cansados de ouvir isso... Não podemos também utilizar recurso do FNAS (Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS) para pagar trabalhador, porque o fundo nacional é para serviço, e a gente sabe como é que está o fundo nacional hoje, isso teria de ser feito com recursos do próprio município... Então a proposta é que haja um ajuste na Lei de Responsabilidade Fiscal, retirando-se dela a Assistência Social.

SENHORA PARTÍCIPE — Nesse caso, se Vossa Excelência me permite, talvez fosse interessante fazer um estudo sobre o percentual, saber quais são as políticas públicas que o utilizam, e qual é o percentual da Assistência Social nisso, qual é o impacto sobre o Suas da Lei de Responsabilidade Fiscal; ou qual é a política pública que pesa mais para que se tenha chegado àquele índice... Porque se pode eventualmente descobrir que é a Segurança Pública, que é a Saúde, que é a Guarda Municipal que mais impactam, que não é o Suas.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador) — Taciana.

SENHORA TACIANA AFONSO SILVESTRINI ARANTES (secretária-executiva de Assistência Social) — Eu vou complementar alguns pontos. Quanto à questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, é preciso dizer que, mesmo no tempo em que havia um investimento maior, nós não víamos isso reverberar em termos de mais recursos destinados



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

ao quadro de trabalhadores do Suas, e a desculpa era a mesma: a Lei de Responsabilidade Fiscal. O próprio MDMDMS [Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome] fez um estudo e identificou o seguinte. Quanto mais se injetavam recursos, quanto mais se aumentava o orçamento dos municípios, se aumentava a margem para o investimento em RH, mais eles investiam na Saúde e na Educação, e não na Assistência Social. É uma cobrança interna, mas numa conferência dos trabalhadores do Suas já foi cobrado que esses trabalhadores não sejam computados na questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, que houvesse uma exceção, mas aí eu não sou da área jurídica e não sei como que funcionaria isso... Nós estávamos brigando para que viesse um recurso, nos moldes do Fundeb, que pudesse ser repassado diretamente aos trabalhadores da política de assistência social, do Suas. E outra, o recurso do cofinanciamento do Governo Federal pode ser investido até 100% no pagamento de RH, salvo recursos de programas específicos, como o IGD-PBF [Índice de Gestão descentralizada - Programa Bolsa Família]. Agora, o cofinanciamento estadual pode pagar até 60% para RH, há algumas saídas, só que muitas vezes fica complicada a operacionalização interna disso, que recursos específicos têm algumas vedações — mas no geral pode-se usar o recurso para esse fim. Só que é tão pouco que, se se usar esse dinheiro para pagar a folha (alguns gestores nem falavam aos seus prefeitos que dava para fazer isso), aí sim que o serviço fecha. Então, deixe a folha de pagamento lá com a Secretaria de Administração, com o prefeito, porque senão o serviço de fato não vai funcionar. Voltando à questão da carreira dos trabalhadores do Suas, no ponto a respeito da função, me perdoem, eu cometi um grande erro, esqueci de falar também de uma questão também grave envolvendo o pessoal de nível fundamental e médio, que é o problema das creches. Em se arrumando essa questão da função, aí a gente tem de procurar regularizar (esta é a palavra) essa situação — ter bem claro quem são os nossos trabalhadores de nível fundamental e nível médio. Pelo número de vagas que aparecem, esses trabalhadores são muitos mais numerosos do que seus colegas de nível superior. Eu acho de extrema valia constituir um grupo de estudos, porque não adianta pedir algo que é fora da realidade (acabou de ser publicado um decreto falando da contenção de gastos)... Das carreiras que há no Estado, que lições poderíamos tirar para melhorar a situação em que nos encontramos hoje, dentro do que já existe. A gente tem feito alguns levantamentos, aí seria fundamental constituir um GT para analisar esse material. E é o que eu sempre digo, é preciso mecanismos que mantenham as pessoas motivadas a estudar. Eu lembro quando o nosso salário não era subsidiado (agora tudo é, complicou mais), eu pensava comigo, se eu fizer um mestrado vai aumentar 2% o meu salário (que era no máximo 5%, eu já tinha duas especializações, já tinha 3% de adicional)... mas será? fazer um mestrado, investir tempo, dinheiro, para aumentar só 2%? Em compensação, em certos municípios, se você tiver mestrado e doutorado, o salário dobra. Outro ponto, muitas vezes, para conseguir um salário melhor, as pessoas buscam cedência para outros órgãos, e nós temos gente há anos lá, desde que tomaram posse nunca mais saíram de lá, estão carregando esse piano sempre. Mas qual é a vantagem?... Isso nós vimos muito claramente no SUS. O SUS tem um adicional tal, que ninguém quer sair da Saúde. Quando tomei posse na prefeitura (fiquei nove meses lá), era na Saúde, só



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

que daí eles me mandaram para a Assistência Social, e aí quando fui receber o salário eu levei um susto, não era o salário que estava no edital, era o adicional do SUS, de 100%. Aí eu fui para a Assistência Social e passei a receber a metade do salário, porque lá não havia adicional. O que nós vimos foi que alguns municípios realmente adotaram essa estratégia do adicional, exclusivo para os trabalhadores que estão lá lotados, que não estão cedidos, de conceder uma vantagem na hora de uma mudança de letra, com critérios claros. E, sim, nós precisamos ter critérios claros, como que funciona? Quando que eu vou mudar de letra? Há vaga? Não há vaga? Os critérios então têm de estar muito claros, caso contrário isso desestimula, fragiliza toda uma equipe; e não estou falando só de gestão estadual, não, gestão municipal também. Porque muitas vezes nós vimos municípios (que fizeram concurso, que deram posse aos seus servidores) enviando ônibus para o seu funcionário vir se capacitar na escola do Suas... Mudou a gestão, gente: eles colocaram todos à disposição de outras pastas, tiraram as pessoas! Então, de novo: a gente precisa ter mecanismos eficazes e claros, mecanismos que nos permitam ter esse controle, ter esse incentivo, de forma que essas pessoas permaneçam atuando na política de assistência social, senão nós vamos continuar com essa política que está aí, uma política fragilizada. Era isso, deputado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador) — Lairson Palermo, da OAB.

SENHOR LAIRSON RUY PALERMO (OAB/MS) — Parecer da AGU [o orador lê um texto no celular]: "Organizações ficam de fora das despesas de pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal."... Vocês sabiam disso?... "Conforme parecer da Advocacia-Geral da União, Parecer SEI nº 3.974/2024, os gastos de pessoal com parcerias firmadas entre a administração pública e entidades da sociedade civil que exercem atividades de interesse público, como as Organizações Sociais (OS), não devem ser computados no limite de gastos de pessoal estabelecido na Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)." Vejam que aos poucos vamos trazendo elementos que depois, através de um grupo de trabalho ou por outro meio, nós podemos trabalhar e organizar, de forma que possamos construir alternativas que nos satisfaçam na questão salarial. Por último, quero dizer que nós precisamos também, nesse banco de dados que eu sugeri, presidente, ver quantos projetos de lei nós temos na Câmara dos Deputados — porque há lá vários projetos de lei sobre salário, sobre essas coisas todas. Então a sugestão é esta, é verificar quais são os textos a respeito que tramitam hoje na Câmara, para que os possamos analisar e contribuir com mais propriedade. É isso.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador) — Chegamos à conclusão da nossa reunião, produtiva reunião, participativa, e saímos daqui com encaminhamentos importantes. Nós vamos, sim, criar um grupo de estudos para discutir alguns pontos levantados aqui; depois a nossa secretária-executiva, a Márcia Hart, da frente parlamentar, vai tomar as providências, e aqueles que se dispuserem a participar, fiquem à



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

vontade. Acho interessante essa última sugestão do Palermo, de fazer esse levantamento, toda a informação que venha para nos auxiliar é bem-vinda. Quanto à questão de definir o perfil do trabalhador da Assistência Social, essa tarefa poderia quem sabe começar pela secretaria (a doutora Mariana conhece muito melhor do que nós isso), que já tem todo um levantamento pronto, a partir daí a gente cria as perguntas-chave e avança. Talvez nem todas as informações levantadas nos sirvam num primeiro momento, mas elas nos podem ser úteis depois, podem nos servir de base para outras abordagens, outras visões, de maneira que é preciso fazer esse cadastro. Eu acho muito importante, Sérgio, que a gente faça em toda a rede esse levantamento. Então, um dos encaminhamentos é a gente fazer esse cadastro e definir as perguntas, para traçar esse perfil. Sobre a questão salarial levantada pela Taciana, acho que seria interessante usarmos o esclarecimento que nos fez há pouco o doutor Palermo para justificar, à luz da lei, um incremento nesses gastos com pessoal. Eu acho que se pudermos fundamentar bem a pertinência, a necessidade de estabelecer essa isonomia, essa simetria, isto dá outro peso à nossa reivindicação... Então é montar o grupo de estudo, dentro das nossas possibilidades, e ter esse embasamento na hora de requerer o que entendemos ser justo. A respeito do FIS, que agora está vinculado ao ICMS, os prefeitos podem direcionar esse recurso discricionariamente, para a Assistência ou para o setor que chorar mais alto — lá na base tudo vai depender das prioridades do prefeito (ele foi eleito e põe em prática aquilo que pensa, ele tem o poder para isso). Com essa mudança tributária que se avizinha, com o fim do ICMS, nós precisamos também ver como é que vamos garantir uma maior fatia do bolo do orçamento do Estado aos Municípios. O momento é oportuno, ainda mais com a participação aqui de especialistas, do órgão estadual competente, dos Municípios e de entidades da sociedade civil. Temos então três grupos de estudos, podemos fazer os respectivos encaminhamentos e aí, dentro do grupo, de WhatsApp, da frente parlamentar, a Márcia entra em contato com vocês e define um cronograma e a pauta, e assim toda semana a gente se reúne aqui na Assembleia para discutir a questão, nos moldes de um grupo de trabalho mesmo. Aqueles que já têm elaborado um mapa, um caminho, que tragam sua ideia, não importa se ela é diferente, quem sabe ela pode se revelar a mais coerente... Parece que o Sérgio quer fazer um encaminhamento. Pois não, Sérgio, a sua contribuição é sempre bem-vinda.

SENHOR SÉRGIO WANDERLY SILVA (presidente do Conselho de Assistência Social de MS) — A minha preocupação, que já tive ocasião de dividir com a Taciana e com a secretária Cozzolino, é como trazer à luz a realidade desses outros trabalhadores (do ensino médio, do fundamental, etc.), que ficam meio que de fora dessas regulações, e acho que isso passa também muito pelo poder da Assembleia. Claro que isso passa pela questão do custo real do serviço e depende também se é ou não exequível, não se pode de uma hora para outra dobrar o orçamento; nem é admissível, por outro lado, um valor tão pífio que deixe pessoas e instituições correndo risco — hoje entidade nenhuma quer assumir, um monte delas está fechando. A Lei de Responsabilidade Fiscal abrange quase tudo, a lei do marco regulatório também, só que os prefeitos acabam criando regras ainda mais pesadas. Eu não sei bem ainda que caminho seguir, mas acho que vai passar



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

necessariamente por aquilatar com precisão qual é o custo real do serviço, para que haja um repasse decente, mais conforme com a realidade, que garanta um salário digno e a qualidade do serviço... Porque, com esse enorme número de entidades e com essa tal quantidade de serviços, imaginem como não está o nível de precarização! Se no Cras e Creas o trabalhador muitas vezes tem de comprar e levar material, imaginem nas entidades; em certos lugares é um verdadeiro filme de terror. Mas a culpa não é da sociedade, a culpa é do poder público que até agora não conseguiu ordenar bem as coisas, deixando ao léu, no limbo, a questão da rede socioassistencial. Essas entidades são um patrimônio nacional, sem elas o que seria de nós durante a Covid? Eu soube que aqui no estado não morreram só idosos, morreram também freiras... Dizer que não se sabe quanto custa o serviço é uma piada! O gestor sabe quantos profissionais tem, sabe mais o menos o quanto comem, não dá para a sociedade civil, diante de um custo de 120 mil, se virar só com quarenta: ela tem de ter os mesmos cento e vinte do Estado... Ou isso ou tenhamos a coragem de fechá-las, porque, como já dito várias vezes aqui, elas estão colocando as pessoas em risco, inclusive a classe política. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador) — Sergio, é exatamente isso, este debate aqui é para gerar propostas. Eu acredito muito na eficácia do cadastro sugerido pelo Rui Palermo, que certamente complementa o que você disse na sua primeira fala. É isso, onde estão essas entidades? Quem participa delas? Todas pertencem à rede? A secretaria tem todas essas informações?... Porque daí a gente compartimenta o nosso estudo aqui, para saber qual é a proposta para os técnicos, qual é a proposta para o assistente, qual é a proposta para as entidades. E quando se constrói uma proposta, é preciso ter informações que a fundamentem, senão não teremos um sim do Estado. Porque daí a gente pode argumentar: o nosso servidor está ganhando menos do que o assistido, não tem lógica aquele que está sendo cuidado poder comprar uma fruta e, enquanto isso, aquele que cuida não tem meios de comprar comida! Para sanar isso, precisamos apresentar uma proposta concreta, com números precisos. Nós temos de construir essa proposta, esse é o primeiro passo. E este é o resumo desta nossa primeira reunião, vamos dividir as discussões. Na questão do trabalhador das entidades, é preciso ouvir gente que esteja apta a contribuir no assunto, gente dessas entidades. Na questão dos técnicos, vamos debater a sua proposta e ouvir os seus representantes. Por que que algumas categorias evoluíram? Evoluíram porque se organizaram e criaram uma proposta consistente, que uma vez feita, não mudou mais, a partir dali, entra governo, sai governo, a categoria bate sempre na mesma tecla. Só apelos verbais não são suficientes: sem uma proposta expressa, clara, não há como obter êxito numa cobrança importante como essa, porque a proposta não se consolida, ela não é repetida; chega uma entidade e fala uma coisa, a categoria diz outra, o assistente outra, fica um discurso sem unidade. Então, gente, à medida que os *insights* lhes forem ocorrendo, vocês vão mandando mensagens nos grupos, para que a gente possa ir avançando, que o tempo urge, a gente tem pressa de apresentar a nossa proposta até o meio deste ano. No mais, agradeço a presença dos representantes do Coegemas, da Sead, do Cress, da CRP, do SINDESV, do Fórum



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1º REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE VALORIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
REALIZADA EM 24/02/2026**

Municipal dos Trabalhadores do Sistema Único, da Associação de Assistentes e Agentes Sociais, da Associação de Gestores de Ações Sociais de Mato Grosso do Sul, da OAB, da UEMS e da UFMS. Obrigado pela presença de todos. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião (17h).